

RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO PÓS-EMISSÃO sobre a 1ª emissão de títulos verdes da Adami¹ em 2021

Valor total da emissão: R\$ 150.000.000,00

Alinhamento com ODS



Alinhamento com categorias GBP/GLP

- Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra
- Conservação da biodiversidade terrestre e aquática

Alinhamento com CBI Standards

- Silvicultura

Alocação de Recursos

- a. Os recursos foram integralmente destinados ao manejo florestal sustentável realizado pela Adami, assim como identificado no parecer pré-emissão;
- b. A Adami informou que a totalidade dos recursos associados à emissão foram alocados nos projetos até maio de 2023. Essa informação foi verificada através de relatório financeiro interno, assinado pelo engenheiro florestal responsável pela operação.
- c. Até o momento de alocação completa, os recursos captados foram mantidos em CDBs e em Títulos do Tesouro Nacional. Como os recursos da operação já foram totalmente alocados, não há recursos temporariamente alocados em outros instrumentos financeiros ou ativos carbono-intensivos;
- d. Até o momento de conclusão deste relatório, a Adami não havia divulgado publicamente o parecer pré-emissão emitido pela NINT. Entretanto, a companhia se compromete a publicar o presente parecer em seu *website*, bem como o parecer pré-emissão.
- e. A Adami divulgou em seu *website* as Demonstrações Financeiras (DFs) auditadas externamente. As informações contidas nas DFs, em conjunto com o relatório de orçamento interno de manejo da companhia, foram utilizadas para comprovar a alocação de recursos, conforme previsto no SPO Pré-emissão.

Impacto dos projetos

- a. A emissora mantém o compromisso de informar anualmente aos investidores e outros públicos interessados acerca do status de alocação dos recursos em projetos verdes assim como seus benefícios ambientais e climáticos. Os indicadores relatados foram: alocação de recursos, instrumentos de alocação de temporária e áreas com certificação FSC. Os dois primeiros estão presentes nas DFs e o último no plano de manejo, ambos documentos divulgados no site da Adami. A empresa não monitorou as áreas com certificação FSC que receberam recursos da emissão;
- b. As operações da empresa geram benefícios ambientais através da (i) conservação de florestas nativas, (ii) reflorestamento de áreas antropizadas, (iii) atividades florestais sustentáveis, (iv) produção ecoeficiente e/ou economia circular, incluindo reciclagem e produção de embalagens com uso eficiente de recursos, consequentemente promovendo o sequestro de carbono, proteção da biodiversidade, e ecoeficiência;
- c. Identificamos que os projetos elegíveis podem contribuir no atingimento do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 15 (Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade).
- d. Foi identificada controvérsia de severidade baixa relativa a uma das unidades fabris da Adami. A responsabilidade da companhia foi considerada defensiva. O caso está detalhado na seção “Controvérsias”.

¹ Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 101ª emissão da ECO Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Adami S.A.

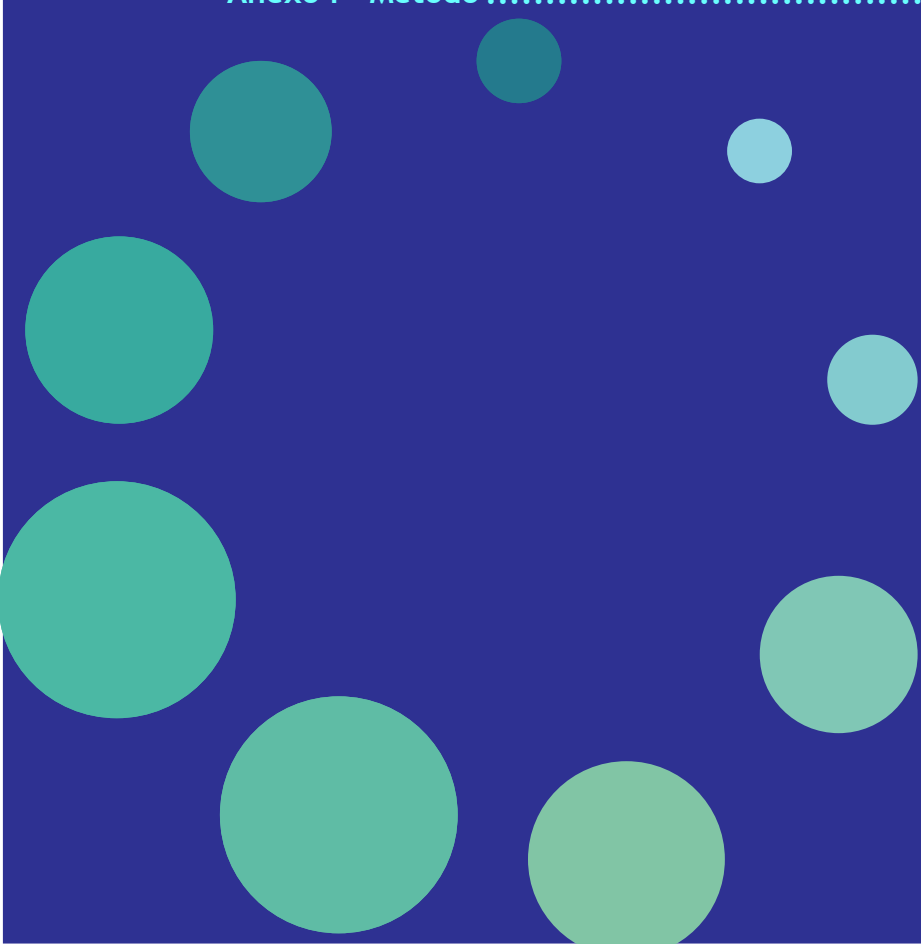


Sobre a NINT

A NINT (Natural Intelligence) é a maior prática de consultoria e pesquisa ASG na América Latina. Com uma equipe de +100 colaboradores e presença local no Brasil e América Latina, somos uma das 5 melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o *Extel Independent Research in Responsible Investment - IRR* 2019. Fomos a primeira organização latino-americana a avaliar as credenciais verdes de títulos de dívida e desde 2020 estamos entre os 10 maiores provedores globais de segunda opinião para títulos sustentáveis. Em fevereiro de 2023, nos tornamos uma empresa do Grupo ERM.

SUMÁRIO

1. Escopo	3
Declaração de Responsabilidade	5
2. Verificação	6
3. Alocação de Recursos	7
4. Impacto dos Projetos	10
4.1 Benefícios socioambientais	10
4.2 Gestão dos impactos socioambientais	11
Controvérsias	15
Anexo I - Método	16



1. Escopo

O objetivo deste Relatório de Verificação Pós Emissão é apurar a alocação dos recursos e os benefícios socioambientais gerados pelos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) da Série Única da 101ª Emissão Securitizadora de Direitos Creditórios Do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Adami S.A. (“Adami”), bem como verificar a conformidade da emissora com os compromissos acordados na pré-emissão. A emissão foi realizada em agosto de 2021 e foi classificada como “Verde” pela NINT.

Este relatório estava previsto no parecer pré-emissão, elaborado pela NINT (na época sob a marca SITAWI) em julho de 2021, e que avaliou o alinhamento do CRA aos *Green Bond Principles* (GBP)².

Os recursos obtidos com a emissão do CRA, cujo volume total é de R\$ 150.000.000,00, foram utilizados para gastos relacionados ao manejo sustentável de florestas certificadas de *pinus* da Adami, localizadas nos estados do Paraná e Santa Catarina.

A NINT utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado com os GBP, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável³ e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

A opinião da NINT é baseada em:

- Avaliação da emissão de acordo com a escritura da emissão e outros documentos legais, além de entrevistas com a equipe da Adami;
- Avaliação dos benefícios ambientais e climáticos dos projetos;
- Análise dos impactos socioambientais gerados pela empresa e pelos projetos nos últimos 24 meses.
- Desempenho ambiental, social e de governança corporativa (ASG) da emissora de acordo com políticas e práticas da empresa.
- Pesquisa de controvérsias.

A análise desse parecer utilizou informações e documentos fornecidos pela Adami, sendo alguns de caráter confidencial; pesquisa de mesa; além de outros elementos adquiridos em entrevistas com equipes responsáveis nas áreas de sustentabilidade e financeira, realizadas por videoconferência. Esse processo foi realizado entre junho e setembro de 2023.

O processo de avaliação consistiu em:

- Planejamento da avaliação;
- Realização da avaliação, incluindo a preparação do cliente, obtenção de evidências e avaliação;
- Elaboração da conclusão da avaliação;
- Preparação do relatório da avaliação.

² GBP

³ [Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ONU](#)



O processo de avaliação foi realizado de acordo com princípios gerais relevantes e padrões profissionais de auditoria independente, e em linha com a Norma Internacional sobre Compromissos de Avaliação que não sejam auditorias ou revisões de informações financeiras históricas (ISAE 3000), Norma Internacional em Controle de Qualidade (ISQC 1, 2009) e Código de Ética para Contadores Profissionais do *International Ethic Standards Board for Accountants* (IESBA, 2019).

A NINT teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível razoável⁴ de asseguração em relação a completude, precisão e confiabilidade.

⁴ Veja explicação na seção Método



Declaração de Responsabilidade

A NINT não é acionista, investida, cliente ou fornecedora da Adami S.A. Anteriormente, em 2021, a NINT (na época sob a marca SITAWI) foi responsável pela elaboração do parecer de pré-emissão da presente operação. A NINT declara, desta forma, não possuir conflito de interesse e estar apta a emitir uma opinião independente acerca da emissão.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela empresa. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a NINT⁵ não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

⁵ A responsável final por esse relatório é a NINT - NATURAL INTELLIGENCE LTDA., uma empresa do Grupo ERM



2. Verificação

A NINT verificou que a Adami segue em conformidade com os compromissos firmados no parecer pré-emissão, relativos a alocação de recursos e ações de relato e transparência. Ainda, os benefícios socioambientais gerados corroboram as credenciais verdes necessárias para que a operação seja caracterizada como Título Verde.

Essa análise está detalhada nas seções de Alocação dos Recursos (seção 3) e Impacto dos Projetos (seção 4).

Equipe técnica responsável

Camila Horst Toigo

Camila Toigo
Coordenadora
camila.toigo@nintgroup.com

Cristóvão Alves

Cristóvão Alves
Sócio-Diretor
crisovao.alves@nintgroup.com

Rio de Janeiro, 14/09/2023



3. Alocação de Recursos

Os recursos obtidos por meio da emissão dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio Verdes foram destinados para pagamentos futuros e reembolsos de gastos, despesas ou dívidas relacionadas ao manejo sustentável de florestas certificadas de *pinus* da Adami.

A captação dos recursos através do CRA foi concluída em agosto de 2021, no valor de R\$ 150.000.000,00.

Entre as atividades envolvidas no manejo sustentável das florestas da companhia estão a construção e manutenção de estradas, o preparo do solo, plantio e replantio de *pinus*, despesas de logística, a poda e cortes realizados nas plantações. Vale destacar que o uso de recursos da operação está alinhado com a categoria de usos elegíveis da CBI de Silvicultura, visto que o critério prevê alocação de recursos para atividades de manejo sustentável de florestas.

A Adami apresentou comprovações da alocação da totalidade dos recursos, sendo 27% direcionados para reembolsos de gastos realizados em 2020 e 73% destinados a gastos incorridos após a data da emissão (que ocorreram até maio de 2023), configurados como gastos futuros a data da demissão do CRA. Os aportes puderam ser confirmados através do Relatório de Orçamento de Resultados, assinado pelo engenheiro florestal responsável pela operação da Adami, e pelas Demonstrações Financeiras (DFs) auditadas externamente e divulgadas publicamente no *website*⁶ da companhia. O panorama de alocação dos recursos da emissão está apresentado na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1: Alocação dos recursos captados

Destinação	Reembolsos - 2020 (% da emissão)	Gastos após a emissão - 2021 a 2023 (% da emissão)
Manejo sustentável	R\$ 40.500.000 (27%)	R\$ 109.500.000 (73%)

Fonte: Elaboração própria NINT

A companhia enviou as Demonstrações Financeiras auditadas externamente dos anos de 2020 a 2022, que comprovam que o montante total gasto com o manejo sustentável das florestas da Adami é superior ao valor total captado, fato que reduz o risco de que houvessem recursos alocados em usos não elegíveis. Além disso, o relatório de manejo também apresenta a divisão de gastos entre CAPEX e OPEX na operação da Adami. A Tabela 2 abaixo ilustra a participação dos recursos da emissão em relação aos gastos totais da Adami nos últimos anos.

⁶ [Demonstrações Financeiras](#) da Adami



Tabela 2: Gastos relativos ao manejo sustentável de florestas entre 2020-23

Ano	CAPEX (R\$ MM)	OPEX (R\$ MM)	Total (R\$ MM)	Recursos Verdes (R\$ MM)	% de Recursos verdes em relação ao total
2020	10,26	35,48	45,74	40,5	88,54%
2021	8,40	58,92	67,32		
2022	14,15	73,26	87,41	109,5	56,53%
2023 ⁷	6,77	32,18	38,95		
Total	39,58	199,84	239,42	150	62,65%

Fonte: Elaboração própria NINT

A área da empresa responsável pela gestão dos recursos da emissão do CRA foi o Departamento Financeiro.

Durante a pré-emissão, a Adami se comprometeu a destinar os recursos temporariamente não alocados a títulos do Tesouro Nacional ou Certificados de Depósito Bancário (CDBs), a fim de reduzir o risco de alocação em instrumentos financeiros passíveis de contaminação em atividades carbono-intensivas. A Adami comprovou a alocação temporária nos instrumentos supracitados através de extratos bancários datados do ano de 2022, e que estão de acordo com os valores da emissão.

A NINT foi responsável pela elaboração do parecer pré-emissão da operação, em julho de 2021, o qual avaliou a elegibilidade do CRA como um título verde. Até o momento de conclusão deste relatório, o parecer não havia sido disponibilizado publicamente no *website* da companhia. Entretanto, a Adami reforçou o compromisso de publicar tanto o parecer pré-emissão quanto o presente parecer pós-emissão.

Por fim, a empresa se comprometeu em continuar divulgando anualmente a área florestal com certificação FSC da companhia até a maturidade do CRA, bem como indicadores relativos a alocação de recursos da operação, nomeadamente através da publicação das Demonstrações Financeiras auditadas⁸, dos Planos de Manejo Florestal⁹ e do presente parecer em seu *site*.

Os indicadores de benefícios socioambientais dos projetos e as práticas de gestão dos impactos são apresentados na seção 4 deste parecer.

⁷ Até o mês de maio

⁸ [Demonstrações Financeiras](#)

⁹ [Planos de Manejo](#)



Podemos verificar que, 24 meses após a emissão, os recursos captados foram integralmente alocados no manejo sustentável dos ativos biológicos da Adami, em consonância com a escritura e com o parecer independente pré-emissão. Os projetos elegíveis não foram alvo de sobreposição de recursos de outras emissões temáticas. A alocação de recursos e as ações de relato e transparência adotadas estão alinhados aos compromissos assumidos na pré-emissão e, conseqüentemente, aos GBP. A Adami segue comprometida com a divulgação dos indicadores socioambientais do projeto, incluindo a publicação deste parecer pós-emissão.



4. Impacto dos Projetos

4.1 Benefícios socioambientais

O principal benefício ambiental do manejo florestal sustentável da Adami está associado ao potencial de contribuir para uma economia de baixo carbono no Brasil, visto que as atividades florestais removem quantidades relevantes de dióxido de carbono da atmosfera.

Segundo o Plano de Manejo Florestal da Adami do ano de 2022, 65,5% (11.865,9 ha) dos recursos florestais estão localizados em áreas próprias, enquanto 34,5% (6.150,9 ha) se encontram em áreas arrendadas, totalizando 18.016,8 ha. Além das áreas de plantio efetivo, a companhia conta com 12.689,34 ha de Áreas de Conservação em suas terras. A companhia informou que, até o mês de julho de 2023, a área total de cultivo havia sido ampliada para 18.578 ha.

A empresa tem por objeto social, nos termos do seu estatuto social:

- A industrialização de madeiras e seus derivados;
- A fabricação e comercialização de embalagens em geral, beneficiamento e comercialização de papel e papelão;
- A fabricação e comercialização de pasta mecânica e química da madeira;
- A agropecuária;
- O transporte rodoviário de cargas;
- O reflorestamento e florestamento;
- O comércio, exportação e distribuição de produtos agrícolas em geral, ou de qualquer natureza, próprios ou de terceiros, em seus estados in natura, brutos, beneficiados ou industrializado e
- A prestação de serviços de instalação de produtos de marcenaria e madeira em obras de construção civil.

Dessa forma, o manejo florestal e o decorrente sequestro de carbono são intrínsecos, ainda que não exclusivos, a estratégia da empresa. A empresa demonstrou esforços para a potencialização de seus impactos ambientais positivos visando promover manejo florestal sustentável, inclusive com seu alinhamento às boas práticas certificadas do *Forest Stewardship Council* (FSC).

Durante a pré-emissão, a Adami se comprometeu a apresentar o indicador de área florestal certificada pela FSC, que demonstra os benefícios ambientais gerados pela atividade da companhia. Tal indicador é reportado anualmente através de seus resumos públicos de Planos de Manejo, divulgados no *website* da empresa.

A Adami enviou comprovações de que, até o momento de conclusão deste parecer, 17.698,00 ha de plantio possuíam certificação FSC¹⁰ através da *SCS Global Services*, emitida em outubro de 2022 e válida até outubro de 2027. A área certificada representa 95,3% do total cultivado pela empresa. O déficit de 4,7% pode ser justificado pelo fato de os ciclos de certificação da FSC serem anuais, portanto quaisquer terras adquiridas/cultivadas após a data de emissão do último certificado

¹⁰ [Forest Stewardship Council](#) - Código de Certificação: SCS-FM/COC-005981



serão incluídas no próximo ciclo de certificação. O panorama de certificação FSC está apresentado na Tabela 3 abaixo.

Tabela 3: Áreas de cultivo da Adami certificadas pela FSC


Área total de cultivo (ha)	Áreas certificadas (ha)	Porcentagem certificada (%)
18.578	17.698	95,8

Fonte: Elaboração própria NINT

A Adami não acompanha o indicador de áreas certificadas a nível de emissão, de forma segregada. Entretanto, a emissora comprovou que as despesas relativas ao manejo de suas florestas certificadas no período foram maiores que o valor total da emissão.

O manejo sustentável de florestas também está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que definem as prioridades globais de desenvolvimento sustentável para 2030. As atividades florestais da Adami apresentam alinhamento ao ODS 15 (“Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade”), conforme mostrado na Tabela a seguir.

Tabela 4: ODS e metas aplicáveis

ODS	Metas aplicáveis
	15.2. Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente.

Fonte: Elaboração própria NINT

A empresa identificou os principais impactos ambientais e sociais dos projetos, assim como ações para mitigação de riscos, que serão abordados em mais detalhes a seguir.

4.2 Gestão dos impactos socioambientais

A Adami possui um Sistema de Gestão Integrado (SGI) em processo de implantação, com previsão de conclusão em novembro de 2023. Entre alguns dos planos de ação planejados estão a definição de responsabilidades entre equipes do SGI, o levantamento de impactos ambientais, a revisão do funcionamento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e os treinamentos associados a cada uma das esferas do SGI. Além disso, a companhia pretende obter alinhamento com as ISOs 14.001 e 45.001.

Conforme explicitado no parecer pré-emissão, as áreas da empresa possuem sobreposição com duas Unidades de Conversação (UCs) de domínio federal: o Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas (RVS-CP), criado em 2006 e o Parque Nacional das Araucárias (PARNA), criado em 2005. Em ambos os casos, a companhia já ocupava as áreas à época de criação das UCs.



O decreto de criação do RVS-CP¹¹ autoriza, nas áreas particulares localizadas no interior da unidade de conservação, a “continuidade das atividades de silvicultura legalmente autorizadas, desde que se adotem práticas que impeçam a contaminação de áreas com cobertura vegetal nativa por espécies exóticas”. O trecho está disposto em parágrafo único do Art. 3º do Decreto.

O Plano de Manejo da UC¹², publicado em 31/05/2016, estipula a criação de um “Programa de Operacionalização”, com o objetivo de constituir um conjunto de medidas necessárias à administração do RVS-CP, visando fornecer suporte financeiro e de recursos humanos para a condução harmoniosa das atividades a serem desenvolvidas. Entre as atividades a serem desenvolvidas a partir deste programa, está a abertura de um processo técnico administrativo com o intuito de revisar o Decreto de Criação de abril de 2006, com o objetivo de adequá-lo ao previsto no SNUC para UCs de proteção integral. Dessa forma, o parágrafo único do Art. 3º, que permitia a continuidade das atividades de silvicultura legalmente autorizadas, seria excluído do texto original.

Entretanto, a Portaria Nº 215¹³, de 26 de março de 2021 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), revoga a atividade de abertura do processo supracitado, assim como todas as suas subatividades relacionadas. Dessa forma, a fim de verificar os requisitos para que a Adami continue a exercer a atividade de silvicultura na área, a NINT teve acesso às comprovações de certificação FSC das áreas de cultivo da companhia, o Plano de Manejo e o Plano de Controle de Espécies Exóticas, bem como os relatórios de monitoramento de fauna e flora.

Com relação às áreas sobrepostas ao PARNA das Araucárias, foi identificado no parecer pré-emissão que a Adami havia sido notificada pelo ICMBio acerca de pontos de silvicultura que apresentavam sobreposições com a área delimitada do parque. O decreto de criação do PARNA estipula que “culturas de espécies florestais exóticas existentes no interior do Parque Nacional das Araucárias poderão ser exploradas no prazo máximo de dois anos a partir da data de publicação deste Decreto”.

Isto posto, a Adami apresentou o protocolo do processo indenizatório correspondente às áreas supracitadas, datado de março de 2023. A companhia aguarda a tramitação para dar andamento a regularização das áreas.

Ademais, foi realizada uma análise de sensibilidade socioambiental através do uso de ferramentas de georreferenciamento.

Conforme ilustrado na imagem abaixo, não foram encontradas outras interferências com áreas de sensibilidade socioambiental, além das já identificadas pela NINT à época da pré-emissão. Entretanto, foi verificada a existência de uma comunidade indígena a 3km da Unidade de Manejo Florestal. Segundo o Relatório de Sustentabilidade de 2022, o local foi visitado por profissionais da Adami, a fim de estabelecer proximidade com a comunidade e disponibilizar canais de comunicação com a empresa.

¹¹ [Dec s/nº de 03 de abril de 2006](#)

¹² [Plano de Manejo da RVS-CP](#)

¹³ [Portaria de aprovação de revisão nº 215 de 26 de março de 2021](#)



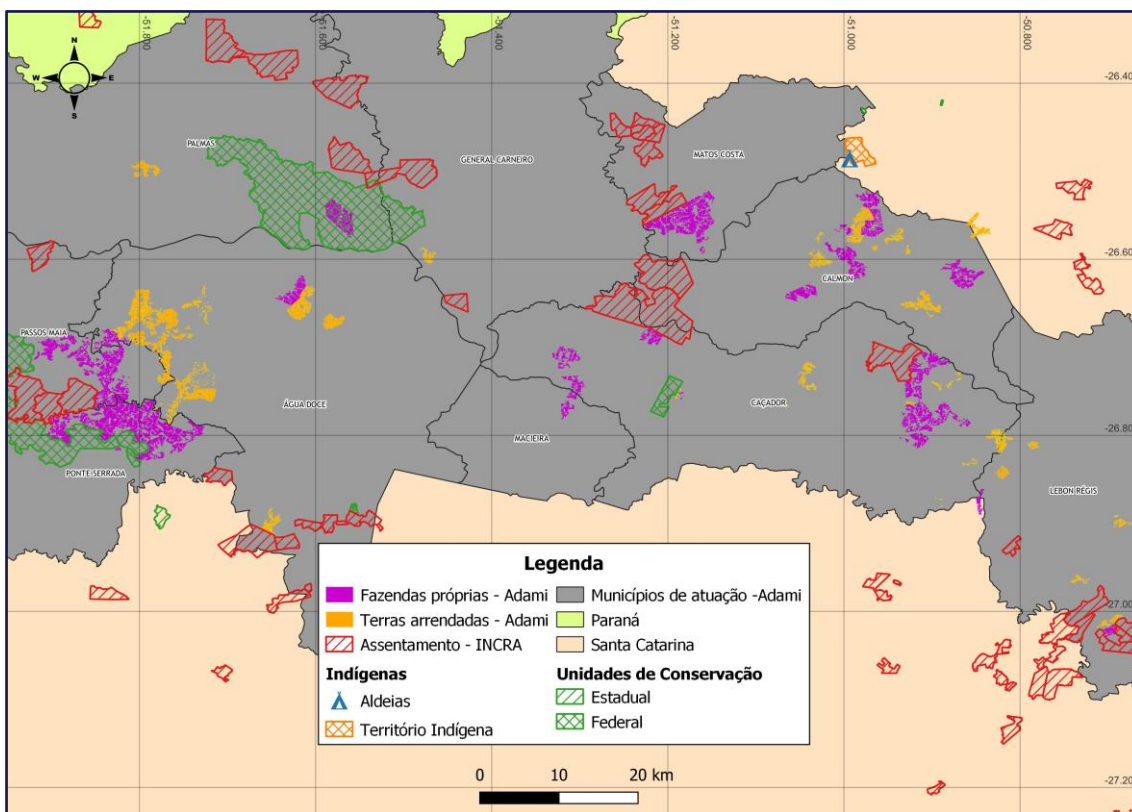


Figura 1: Análise socioambiental das áreas de cultivo da Adami
 Fonte: Elaboração própria NINT

Por fim, a empresa destacou algumas de suas práticas socioambientais adotadas em suas atividades, que estão descritas na tabela abaixo:

Tabela 5: Práticas socioambientais da Adami

Risco socioambiental	Ações de mitigação
Biodiversidade e uso do solo	A companhia tem como compromisso o respeito e a proteção à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, estabelecendo iniciativas de inclusão e geração de valor social através da economia circular, gestão ambiental e prevenção da poluição.
	Ainda, a Adami enviou um Relatório de Monitoramento de Flora, realizado em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria. O relatório contém uma análise florística e fitossociológica de remanescentes de floresta ombrófila em áreas da empresa.
	A fim de promover essa conservação com uso sustentável, a Adami visa melhorar a eficiência por meio de práticas adequadas de manejo, tais como: <ul style="list-style-type: none"> • Manutenção de resíduos vegetais após a colheita para promover a sua cobertura, evitando a perda de solo por erosão e reduzindo a compactação pela ação da água da chuva. A cobertura promovida pelos resíduos também atua como uma camada de proteção para manutenção da umidade no solo, fundamental para o desenvolvimento das culturas (florestais e agrícolas) e a conservação da biota do solo; • Manutenção de estradas e aceiros, visando não apenas manter a trafegabilidade de veículos, mas também a conservação do solo e da água; • Implantação de florestas com plantio direto, promovendo, dentre outras vantagens, a redução de emissões de carbono no solo.



<p>Comunidades locais</p>	<p>A Adami realiza o monitoramento local dos impactos sociais para identificar e avaliar os potenciais impactos locais causados pelas atividades operacionais nas comunidades. Os impactos são classificados quanto ao seu grau de severidade e apresentados em seu plano de manejo.</p>
<p>Gestão de Recursos Hídricos e Resíduos</p>	<p>Visto que a água possui um papel fundamental em todas as unidades de negócio da Adami, a gestão adequada desta matéria-prima é prioridade para a companhia. A unidade madeireira, por exemplo, possui irrigação de toras via sistema fechado, possibilitando sua reutilização por meio de uma Estação de Tratamento de Efluentes - ETE.</p> <p>Desde 2020, a companhia vem reduzindo o volume de água consumido, enquanto aumenta seu índice de eficiência hídrica, passando de 5,30m³/tonelada de papel produzido, em 2020, para 4,48m³/ton em 2022.</p> <p>Todos os processos relacionados à gestão de recursos hídricos, afluentes e efluentes têm como base os condicionantes estabelecidos pelos órgãos reguladores, a exemplo do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina - IMA e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDE.</p>

Fonte: Elaboração própria NINT

De acordo com as atualizações apresentadas, a Adami demonstra manter o nível de relato e transparência compromissado no parecer pré-emissão, relatando os indicadores e a alocação dos recursos e se comprometendo a publicar o SPO Pré-emissão e o presente Relatório de Verificação Pós-Emissão.



Controvérsias

Foi realizada uma pesquisa de mídia acerca de casos com repercussão negativa envolvendo a Adami S.A e suas atividades florestais. Foi identificada uma controvérsia de nível de severidade baixa relativa a uma unidade industrial. A responsividade da companhia em relação ao caso foi de cunho defensivo. O detalhamento do caso é apresentado a seguir, na tabela abaixo.

Tabela 6: Controvérsias socioambientais envolvendo a Adami

Social		
Controvérsia	Severidade	Responsividade
<p>2023: Queda de altura deixa trabalhador ferido, na empresa Adami¹⁴.</p>	<p>Baixa: Um acidente de trabalho deixou um trabalhador ferido em uma unidade de embalagens da empresa Adami. O profissional foi atendido e encaminhado ao hospital para atendimento médico. O homem é colaborador de uma empresa terceirizada e estava trabalhando na manutenção de um aparelho de ar condicionado.</p>	<p>Defensiva: A Adami S/A informou em nota oficial que o acidente envolveu um colaborador de empresa terceirizada, durante a manutenção de um aparelho de ar condicionado.</p> <p>Ainda segundo a empresa, o colaborador fazia uso Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e do Sistema de Proteção Contra Quedas SPQI e que, devido a isso, o impacto foi reduzido, provocando ferimento de pequena gravidade na vítima.</p> <p>Segundo o Relatório de Sustentabilidade de 2022, a Adami possui uma equipe multidisciplinar na área de Saúde e Segurança do Trabalho, atuante em todas as unidades de negócio da companhia.</p> <p>Ainda, a companhia possui um Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais alinhado às Normas Regulamentadoras (NRs), que visa desenvolver um ambiente onde todos compreendam e adotem os EPIs, inclusive profissionais terceirizados.</p> <p>A proteção de mão-de-obra se estende às áreas florestais através do Programa de Gestão de Segurança, Saúde e Meio Ambiente do Trabalho Rural. Também funcionam na empresa: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, Serviço de Segurança do Trabalho Rural - SESTR, Comissão de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural - CIPATR</p>

Fonte: Elaboração própria NINT

¹⁴ [Queda deixa trabalhador ferido](#)



Anexo I - Método

Controvérsias

Tabela 7: Níveis de Severidade e Responsividade relacionados às controvérsias

Níveis de Severidade	
Baixo	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , mas não causa danos ou causa danos mínimos que não necessitam de remediação.
Médio	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos.
Alto	Descumpre a lei e afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo os danos irremediáveis ou com remediação difícil ou custosa.
Níveis de Responsividade	
Proativa	Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação. Adicionalmente, a empresa realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.
Remediativa	A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os <i>stakeholders</i> impactados.
Defensiva	A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.
Não-responsiva	Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia.

Fonte: NINT

Tabela 8: Níveis de Asseguração

Níveis de asseguração	
Razoável	Uma avaliação na qual o risco de asseguração é aceitavelmente baixo dentro das circunstâncias do engajamento realizado. A conclusão é expressa de uma forma que transmite a opinião do profissional sobre o resultado da avaliação em relação aos critérios observados.
Limitado	Uma avaliação na qual o risco de asseguração do engajamento realizado é maior do que para um nível de asseguração razoável, porém ainda assim capaz de embasar os principais argumentos utilizados na análise.

Fonte: NINT





Rio de Janeiro | São Paulo | Bogotá | Quito

www.nintgroup.com